CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 2908/90 - DESR N° 70217/15/90
INTERESSADA: MAURA BATISTA NOGUEIRA KIEL
ASSUNTO: Recurso referente à avaliação final
RELATORA: CONS^a MARIA AUXILIADORA A. PEREIRA RAVELI
PARECER CEE N° 546/90 APROVADO EM 20/6/90

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO:

Trata o presente de recurso referente a avaliação final da aluna Maura Batista Nogueira Kiel, retida na 2ª série da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério da EEPSPG Horácio Manley Lane, sediada em São Roque.

A aluna ficou retida, após estudos de recuperação final, no componente curricular Didática, incluindo Prática de Ensino. Solicitou inicialmente revisão de provas à direção da Escola, sendo mantido o conceito final atribuído a aluna. Posteriormente, encaminhou recurso à Delegacia de Ensino, que manteve a decisão da escola.

No recurso encaminhado a este Conselho, a aluna alega desempenho de regular para bom nas demais disciplinas e irregularidades no "diário de classe e plano de aula da professora".

2. APRECIÇÃO:

Diversos fatos prejudicam a análise segura do contido no presente processo: os requerimentos encaminhados pela aluna são confusos, mal redigidos e sem objetividade. A escola, por sua vez não deixa claro quais providências tomou com relação às solicitações da aluna e aos procedimentos previstos na Resolução SE n° 235/87. A ata do Conselho de Classe, realizado após os estudos de recuperação final está incompleta, consta a-

penas de cabeçalho e fecho, não tendo conteúdo. Não ficam explicitados os motivos que levaram o Conselho de Classe a decidir pela retenção da aluna. Não houve, também, reunião do Conselho de Classe/Série para analisar o recurso da aluna, conforme estabelece a Resolução SE nº 235/87. Deve ser ressaltada, entretanto, que não fica claro, no requerimento da aluna, se a mesma recorria da decisão do Conselho ou se solicitava revisão de prova.

A apreciação feita ao nível de Delegacia de Ensino do processo de recuperação a que foi submetida a aluna, bem como uma análise do seu desempenho escolar em Didática, no ano de 1989, aponta para as seguintes considerações:

. o aproveitamento da aluna, nas provas do período de recuperação, não foi bom;

. as questões das provas do período de recuperação (duas provas constando de 10 questões cada uma, realizadas em dias diferentes) incidem mais sobre o conteúdo desenvolvido nos 2º, 3º e 4º bimestres. A aluna apresentou aproveitamento insuficiente no 1º bimestre;

. não há elementos que demonstrem que a aluna apresentou bom aproveitamento em Didática durante o ano. Seus conceitos foram: D, C, C e C.

No conjunto das disciplinas cursadas no ano letivo, o aproveitamento da aluna foi predominantemente regular. Obteve 06 conceitos finais C, 02 conceitos B e conceito D em Didática e Prática do Ensino.

Considerando que a avaliação é uma tarefa precípua da escola e tendo em vista as falhas apontadas no presente processo ao nível da escola, entendemos que a aluna deve ser submetida a novo processo de recuperação, devendo ter seu desempenho posteriormente analisado pelo Conselho de Classe. A decisão do Conselho, devidamente justificada conforme estabelece o Regimento Escolar, deve ser lavrada em ata. Todo o processo de recuperação deve ser acompanhado pela Delegacia de Ensino.

Caso a aluna seja aprovada, fica autorizada a matrícula na 3ª série, computando-se para fins de avaliação final

Os resultados obtidos a partir da matrícula.

3. CONCLUSÃO:

Deve a aluna Maura Batista Nogueira Kiel ser submetida a novo processo de recuperação final em Didática, referente à 2ª série do 2º grau da Habilitação Específica para o Magistério. Caso a aluna seja aprovada, fica autorizada a matrícula na 3ª série, computando-se para fins de avaliação final, os resultados obtidos a partir da matrícula.

São Paulo, CEE, aos 27 de maio de 1990.

a) CONSª MARIA AUXILIADORA A. P. RAVELI
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 20 de junho de 1990.

a) CONSª RAPHAELA CARROZZO SCARDUA
Presidente em exercício nos termos do § 3º
do artigo 13 do Regimento do CEE aprovado
pelo Decreto Estadual nº 52.811, de
06/10/71.